

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MERCADO DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS SOBRE OS POBRES NO BRASIL

Sônia Rocha
srocha@fgv.br

RESUMO

Tendo por base o crivo entre pobres e não-pobres dado por 23 linhas de pobreza baseadas no consumo observado, o texto fornece um panorama evolutivo do mercado de trabalho brasileiro na década de noventa. A distinção entre pobres e não-pobres permite traçar as modificações nos seus respectivos perfis entre 1992 e 1999, tanto no que concerne a características de inserção no mercado de trabalho como no de formação da renda de forma mais geral. Fica evidenciada que a deterioração das condições do mercado de trabalho no período levou a uma participação crescente das rendas previdenciárias e assistenciais na renda das famílias, que ganham importância como mecanismo compensatório, evitando o agravamento da incidência de pobreza no Brasil no final do período analisado.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, renda, pobreza.

ABSTRACT

Based on the distinction between poor and non-poor using 23 locally specific poverty lines, derived from budget surveys, this text presents an overview of the evolution of the labor market in Brazil in the nineties. It provides an analysis of changes in the form of engagement in the labor market by poor and non-poor, but also considers the changes in composition of family income between these two groups. There are evidences of the deterioration of labor market conditions and of increased participation of social assistance and social security benefits in family income. These non-labor income proceeds prevented a worsening of poverty incidence in Brazil despite low growth and labor market adjustments after 1996.

Keywords: Labor market, income, poverty.

JEL – I3 welfare and poverty.

INTRODUÇÃO

A década de noventa no Brasil foi marcada por dois fatos econômicos de importância fundamental. Por um lado, a abertura ao exterior, que levou a uma reestruturação produtiva radical das atividades econômicas, obrigadas a enfrentar a concorrência externa. As medidas tomadas no início da década quanto à redução tarifária das importações provocaram um aprofundamento do processo de racionalização da produção e de introdução de melhorias tecnológicas e administrativas, que já vinham ocorrendo em setores líderes da indústria desde a segunda metade da década de oitenta. Por outro lado, o bem-sucedido plano de estabilização econômica de 1994, permitiu controlar a inflação que tinha chegado a 50% ao mês, recolocando em bases reais a gestão econômica nas escalas micro e macro, o que era reconhecido unanimemente como uma pré-condição para realizar os dois objetivos básicos da sociedade brasileira: a retomada do crescimento econômico sustentado e a eliminação da pobreza absoluta.

Os resultados obtidos imediatamente após a implementação do Plano Real em 1994 foram extremamente satisfatórios em termos destes dois objetivos. Verificou-se um crescimento robusto do PIB, 5,8% em 1994 e 4,2% em 1995, e, concomitantemente, a incidência de pobreza absoluta declinou fortemente, de 44%, em 1993, para 34%, em 1995. Apesar de sérias dificuldades na gestão econômica, relativas à política fiscal e cambial, parecia que tinham sido alcançadas as condições básicas para retomar a trajetória de crescimento interrompida desde o início da década de oitenta.

O que se seguiu foi uma sucessão de crises internas e externas que fizeram com que o crescimento econômico a partir de 1996 ficasse muito aquém do esperado e necessário para resolver os desequilíbrios distributivos críticos da economia brasileira. Em particular, o baixo dinamismo do investimento e a continuação do processo de ajuste do setor produtivo levaram a uma conjuntura particularmente adversa no mercado de trabalho, afetando negativamente os índices de pobreza. Estes só se mantiveram estagnados aos níveis observados imediatamente após o Plano Real graças às políticas previdenciária e assistencial, que tiveram um importante efeito compensatório na formação da renda das famílias.

Este texto tem dois objetivos. O primeiro é sistematizar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro na década de noventa, tanto em termos de criação de postos de trabalho como de geração de renda, o que implica considerar os impactos do ajuste econômico sobre alterações na composição da mão-de-obra. Estas

se relacionam a mudanças setoriais da ocupação total e à informalização das relações de trabalho.

Tendo as mudanças estruturais como pano de fundo, o segundo objetivo é, com base na comparação do perfil dos pobres no início e no final do período, descrever e discutir as mudanças na sua inserção no mercado de trabalho. A forma de exclusão da esfera produtiva nos anos noventa revela as dificuldades específicas dos pobres em um mercado de trabalho em processo de ajuste, o que tem implicações evidentes para a política social.

Este texto está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção são feitas algumas considerações gerais sobre a relação entre mercado de trabalho e pobreza, e sobre o crivo da renda para distinguir pobres e não-pobres utilizado neste artigo.

A terceira seção apresenta um panorama da evolução do mercado de trabalho utilizando alguns indicadores básicos, destacando as mudanças da década de noventa em relação à trajetória anterior. Na quarta seção, a partir da distinção entre pobres e não-pobres, são descritas as modificações nos seus respectivos perfis entre 1992 e 1999, tanto no que concerne a algumas características de inserção no mercado de trabalho, como de formação da renda de forma mais geral. A quinta seção sumaria os principais pontos apresentados ao longo do texto.

MERCADO DE TRABALHO, RENDA E POBREZA

O funcionamento do mercado de trabalho é de importância central na economia, porque é essencialmente através dele que se forma a renda das famílias, seja como remuneração do trabalho presente – os rendimentos do trabalho representavam, em 1999, 78,5% das rendas das famílias brasileiras –, seja como rendimentos do trabalho diferidos por mecanismos previdenciários. É este mercado que intermedia a relação entre famílias/indivíduos e o setor produtivo, determinando padrões de remuneração em função da demanda versus oferta de mão-de-obra. Os rendimentos do trabalho dependem, portanto, tanto das características do setor produtivo como do perfil da mão-de-obra disponível.

Como o rendimento do trabalho representa quase 4/5 da renda das famílias brasileiras, a forma de inserção produtiva dos indivíduos é essencial como determinante do seu bem-estar. A premissa aqui é em sociedades modernas e urbanas, o nível de renda das pessoas de maneira geral é a melhor *proxy* do bem-estar que depende do consumo privado. Embora o acesso a serviços públicos e a amenidades gratuitas sejam

também importantes determinantes, está consagrado na literatura internacional utilizar a renda como *proxy* básica de bem-estar, recorrendo às condições de acesso a serviços públicos e amenidades gratuitas como critérios auxiliares.

Por esta razão que a abordagem da renda tornou-se o enfoque predominante nos estudos sobre pobreza, pelo menos nos países que dispõem de sistemas estatísticos minimamente desenvolvidos. Embora, reconhecidamente, pobreza seja uma síndrome multidimensional caracterizada por carências diversas, parâmetros de renda – as chamadas linhas de pobreza – são cada vez mais utilizados como instrumento para distinguir a subpopulação que, em função do seu nível de rendimento, não teria condições de atingir o padrão de consumo considerado como o mínimo adequado naquela sociedade.

Ao tratar da evolução do mercado de trabalho no Brasil na década de noventa, freqüentemente será feita a distinção dos indivíduos entre pobres e não-pobres conforme seu nível de renda familiar *per capita* se situe abaixo ou acima do valor estipulado como linha de pobreza. Em função do tamanho continental do Brasil, o que implica diferenças espaciais importantes em termos de estrutura de consumo e preços ao consumidor, foram utilizadas 23 diferentes linhas de pobreza determinadas a partir do consumo observado dentre as famílias de baixa renda em diferentes áreas do país (Rocha, 1997). O pressuposto é que, apesar de as linhas de pobreza apresentarem valores de amplitude significativa (ver Anexo 1), elas corresponderiam a um mesmo de nível de bem-estar mínimo nas diferentes áreas em que se dividiu o país.

A base de dados utilizada é a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), realizada anualmente no Brasil desde o final da década de sessenta. A pesquisa não cobre a área rural da Região Norte, portanto sempre excluída dos resultados para o extrato rural do país ou para o Brasil como um todo. Excepcionalmente a PNAD não se realizou em 1994, não sendo apresentados, por esta razão, resultados para aquele ano. Muitas vezes os resultados apresentados se referem a pobres mais não-pobres, que é uma aproximação de toda a população, excluindo apenas os indivíduos para os quais não se dispõe da informação de renda familiar, variável utilizada para fazer o crivo entre pobres e não-pobres.

Finalmente cabe lembrar que embora este texto esteja centrado na relação entre pobreza e mercado de trabalho, refletindo a forma e ritmo do crescimento do produto, a evolução da incidência de pobreza e o perfil dos pobres estão fortemente vinculados a fatores estruturais, como os demográficos, e institucionais, como as políticas compensatórias de transferência de renda.

Sabe-se que a tendência de redução do ritmo de crescimento da população tem o efeito de reduzir a incidência de pobreza, já que diminui a taxa de dependência das famílias. Como são as famílias com crianças as mais vulneráveis à pobreza, devido à composição e à fase do ciclo de vida familiar, a redução da fecundidade tem impacto direto sobre a incidência de pobreza. Embora a evolução da renda em geral, e dos rendimentos do trabalho em particular, seja o determinante básico do nível de pobreza, estima-se que no Brasil as mudanças demográficas ocorridas tenham sido responsáveis por 15% do efeito que pode ser associado à evolução da renda (Barros et alii, 2000).

Por outro lado, é inequívoco o papel desempenhado pelos mecanismos previdenciários e assistenciais de transferência de renda na redução da pobreza. A universalização de benefícios de renda aos idosos, independentemente do critério contributivo, o aumento do valor do piso real desses benefícios nos últimos anos, assim como os novos programas de transferência de renda criados pelos governos federal, estaduais e municipais a partir de meados da década de noventa, tiveram um efeito compensatório importante, embora não mensurável, sobre a incidência de pobreza no país.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E SEU IMPACTO DISTRIBUTIVO

Embora a incidência de pobreza como é medida aqui dependa da renda, já é bem sabido que aumento da renda ou crescimento econômico não pode ser encarado como panacéia para enfrentar a pobreza no Brasil por duas razões básicas.

A primeira está associada à péssima distribuição de renda no Brasil, onde os 50% dos indivíduos mais pobres se apropriam de 14,4% da renda total, enquanto um percentual ligeiramente abaixo de 14% são apropriados pelo 1% dos indivíduos com as rendas mais elevadas (PNAD, 2001), o que resulta num coeficiente de Gini de 0,57, uma óbvia anomalia para o nível de renda e complexidade produtiva da economia brasileira. Dado este padrão, um processo de crescimento da renda que fosse distributivamente neutro,¹ implicaria a postergar para um horizonte muito longo a eliminação da pobreza absoluta no país, mesmo no cenário favorável de aumentos sustentados da renda em torno de 3% aa.

¹ Isto é, um aumento da renda global de $x\%$ elevaria a renda de cada um dos indivíduos nestes mesmos $x\%$. A esse respeito, ver Barros (1997).

A segunda razão é que não é possível garantir uma relação robusta e estável entre evolução da renda e incidência de pobreza. Na década de noventa a relação entre incidência de pobreza e PIB flutua de forma significativa de ano para ano, de modo que é inevitável considerar explicitamente as características do crescimento econômico que afetam a relação (Tabela 1). Os aspectos vinculados ao funcionamento do mercado de trabalho são de fundamental importância, essencialmente no que concerne à elasticidade do emprego, isto é, a intensidade do efeito do crescimento econômico sobre a demanda de mão-de-obra. Neste particular a década de noventa apresentou traços peculiares, estreitamente associados à abertura da economia e à reestruturação produtiva decorrente, apresentando um padrão claro de ruptura em relação ao observado nos anos oitenta.²

TABELA 1
Evolução Comparada das Taxas de Crescimento do PIB e
do Número de Pobres (%) Brasil – 1992-1999

Anos	PIB Real (R\$ bilhões 2002)	△%	Número Pobres (milhões)	△%
1990	988,3		61,3	
1992	993,0	0,5	61,6	0,5
1993	1.041,9	4,9	62,6	1,6
1995	1.149,5	10,3	49,1	-21,6
1996	1.180,1	2,7	50,9	3,8
1997	1.218,7	3,3	51,8	1,8
1998	1.220,3	0,1	51,3	-1,1
1999	1.229,9	0,8	54,4	6,2

Fonte: IPEA Data.

Apesar do crescimento econômico fraco, a década de oitenta tinha se caracterizado por uma expansão muito vigorosa do mercado de trabalho, o que ocorreu necessariamente com perda do rendimento médio (Tabela 2). Do ponto da oferta de mão-de-obra, isto pode ser visto como resultado tanto da transição demográfica e cultural, como de uma estratégia de manutenção da renda das famílias face aos rendimentos declinantes. O aumento da taxa de participação, em particular devido à entrada de mulheres no mercado de trabalho, resultou em um aumento das pessoas ocupadas de 45,5 milhões

² Há que reconhecer, no entanto, que indicações de reestruturação produtiva já eram evidentes nas informações sobre o comportamento de setor industrial em São Paulo desde 1988.

em 1981 para 62,1 milhões em 1990, que se deu de forma sustentada ao longo de todo o período. Isto representou uma taxa de crescimento anual da ocupação de 3,5% aa, bem acima do crescimento da população de 2,1% aa. (AMADEO et alli, 1994), e a elasticidade do emprego em relação ao PIB foi superior à unidade.

A situação foi radicalmente diversa na década de noventa. O ritmo de crescimento econômico mais elevado ocorreu face uma pressão demográfica atenuada, mas a evolução da ocupação foi lamentável. O crescimento da ocupação abaixo do da PEA significou aumento da taxa de desemprego. Os ganhos do rendimento médio do trabalho se deram com os ganhos de produtividade associados ao forte ajuste do sistema produtivo com exclusão dos trabalhadores menos qualificados do mercado de trabalho.

TABELA 2
Taxa Média de Variação Anual de Indicadores Seleccionados (%)
Brasil, 1981-1990 e 1992-1999

Indicadores	1981-1990	1992-1999
PIB	2,2	3,1
Pop. residente	2,1	1,7
PIA	2,8	2,3
PEA*	3,5	2,2
Pessoas ocupadas*	3,5	1,7
Rendimento médio do trabalho	-1,47	4,38

Fontes: IPEADData; IBGE/PNAD 1992 a 1999 (reponderada); Amadeo et alli, 1994.

* Exclui pessoas ocupadas em atividades de autoconsumo e autoconstrução em 1992-1999.

Há que observar que os resultados com base apenas nos anos extremos, 1992 e 1999, encobrem a importante oscilação ocorrida após a implementação do plano de estabilização. A Tabela 3 mostra que entre 1993 e 1995 não só ocorreu uma forte expansão do emprego, mas também ganhos reais significativos do rendimento do trabalho. É importante destacar que a conhecida queda dos índices de pobreza em 1995 não se deu apenas em função da melhoria “média” das condições no mercado de trabalho, mas pelo fato de que o aumento de rendimentos se deu de forma muito mais acentuada na base da distribuição (Rocha, 2001). Assim, ao aumento médio do rendimento de trabalho em 30,2% entre 1993 e 1995, correspondeu um aumento de 82,6% no décimo mais baixo da distribuição dos rendimentos do trabalho e 56% no segundo décimo mais baixo.

TABELA 3
Evolução da Ocupação, da Taxa de Desemprego e do Rendimento
Médio Real – Brasil, 1992-1999

Anos	Pessoas Ocupadas		Taxa de Desocupação (%)	Rendimento Médio Mensal Real*	
	Número (mil)	△ %		Valor (R\$)	△ %
1992	65.395	—	6,5	382	—
1993	66.570	1,8	6,2	414	8,4
1995	70.151	5,4	6,0	539	30,2
1996	68.040	-3,0	6,9	570	5,8
1997	69.332	1,9	6,9	564	-1,1
1998	69.963	0,9	9,0	559	-0,9
1999	71.676	2,4	9,6	517	-7,5

Fonte: IBGE/PNAD 1992 a 1999.

* Valores a preços de setembro de 2001 com base no INPC.

A partir de 1996 o impacto da estabilização sobre o PIB, o mercado de trabalho e a melhoria da distribuição de renda se esgota. No mercado de trabalho isto se manifesta pela estagnação da ocupação, taxa de desemprego crescente e por rendimentos do trabalho decrescentes a partir de 1996. Na verdade os dados nacionais encobrem realidades bastante diversas, já que os problemas no mercado de trabalho, repercutindo sobre renda e pobreza, se dão de forma diferenciada através do país (Tabela 4). São Paulo, a metrópole primaz por excelência, apresenta uma evolução relativamente desfavorável da pobreza porque, apesar do ajuste produtivo, se manteve atraente para os migrantes devido às vantagens percebidas de acesso a serviços públicos e de condições favoráveis de mobilidade social. Neste sentido a evolução da ocupação e do rendimento médio semelhante à brasileira se deu com um resultado adverso sobre a incidência de pobreza devido à pressão populacional e às mudanças no perfil da demanda por mão-de-obra. Na posição oposta estão áreas de fronteira de recursos no Centro-Oeste, como o estado do Mato Grosso, onde a modernização agrícola e a interligação setorial bem sucedida têm permitido a expansão da ocupação e do rendimento do trabalho, resultando em redução mais acentuada da incidência de pobreza.

TABELA 4
Diferenças Espaciais no Desempenho do Mercado de Trabalho e na Incidência de Pobreza – 1992-1999

Áreas	Pessoas Ocupadas (mil)			Rendimento Médio Real*			Prop. de Pobres (%)		
	1992	1999	△%	1992	1999	△%	1992	1999	△%
Brasil	65.395	71.676	9,6	402	525	30,6	44,0	34,9	-20,6
São Paulo Metrop.	6.486	7.112	9,7	655	847	29,3	43,1	39,0	-9,6
Mato Grosso	1.001	1.185	18,4	265	399	50,4	57,7	31,4	-45,5

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 1999.

* Valores a preços de setembro de 1999 com base no INPC.

A situação sintetizada pelo pouco dinamismo da evolução da ocupação, que a partir de 1996 repercute de forma claramente adversa sobre o rendimento, apresenta características específicas que tornam o desempenho do mercado de trabalho na década de noventa especialmente desfavorável para os pobres. Trata-se de ajustes do mercado de trabalho em termos de mudanças estruturais da distribuição da mão-de-obra por setor e por posição na ocupação, que repercutem sobre a exclusão acelerada do mercado de trabalho da mão-de-obra pouco qualificada, o que ocorre de forma mais acentuada nas áreas metropolitanas.

POBRES E NÃO-POBRES DIANTE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção serão destacados aspectos básicos do mercado de trabalho que apresentaram mudanças de caráter estrutural na década de noventa, distinguindo os efeitos sobre pobres e não-pobres numa abordagem estática comparada dos anos de 1992 e 1999. A este respeito cabem duas observações básicas.

A primeira é que, ao comparar o início e o final da década, estão sendo deixadas de lado as oscilações ao longo do período, das quais as mais importantes são aquelas ocorridas imediatamente após a implementação do Plano Real. No entanto, os aspectos enfocados aqui apresentam tendências evolutivas nítidas, que podem ser bem representadas pelos anos extremos do período.

A segunda observação refere-se ao declínio expressivo da incidência de pobreza após o Plano Real. Como se viu, a proporção de pobres declinou de 44% para 34%

entre 1993 e 1995, mas, apesar da conjuntura desfavorável, estes resultados não foram revertidos e a proporção de pobres manteve-se praticamente estável entre 1995 e 1999. Em consequência, as populações pobres e não-pobres que estão sendo comparadas entre o início e o final da década são essencialmente diferentes do ponto de vista da pobreza relativa, situando-se os pobres mais na base da distribuição de rendimentos em 1999 do que em 1992.

A ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA PELO MERCADO DE TRABALHO

A absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho resulta de determinantes demográficos, mas também da percepção que os trabalhadores potenciais têm das condições concretas de inserção no mercado. O efeito combinado destes fatores resultou na quase estabilidade da taxa de participação nos anos noventa, interrompendo a sólida tendência de elevação da taxa ocorrida na década anterior. É importante observar que esta estabilidade se deu apesar da taxa de participação feminina crescente (Tabela 5).

Os resultados distinguindo pobres e não-pobres mostram, como é habitual, uma taxa de participação mais baixa dentre os pobres, já que são justamente os problemas de inserção no mercado de trabalho uma das causas da pobreza. Revelam, ademais, um declínio forte da taxa para os homens, especialmente acentuada dentre os homens pobres, o que tem a ver com o processo de urbanização e com a redução da participação no mercado de trabalho nas idades mais jovens, onde o trabalho precoce é mais freqüente: enquanto, em 1992, 20% dos jovens de 10 a 14 anos estavam ocupados, este percentual atingindo 46% na área rural, em 1999 o trabalho nesta faixa etária declinou significativamente para 15% e 39% respectivamente. Esta evolução não se deu exclusivamente por conta da urbanização, mas foi de alcance generalizado em todas as áreas do país, e atingiu tanto pobres como não-pobres.³ Esta evolução, função da urbanização, da universalização da educação fundamental e do combate ao trabalho infantil, é especialmente promissora na medida que protege as crianças, que, apesar do trabalho, têm na maioria das vezes uma participação apenas marginal na renda familiar, melhorando através da educação as suas perspectivas de renda futura.

A elevação robusta da taxa de participação das mulheres não-pobres, e o diferencial crescente em relação à das pobres, que ficou praticamente estável, reforça a importância da inserção no mercado de trabalho pelos membros em idade ativa na família como mecanismo para evitar a pobreza. É interessante observar o comportamento diferenciado das taxas conforme o local de residência, sendo que o aumento da taxa de

³ As taxas de participação declinam em intensidade semelhante para pobres (de 22,3%, em 1992, para 17,6%, em 1992) e não-pobres (de 15,9%, em 1992, para 12,2%, em 1999).

participação das mulheres pobres em áreas metropolitanas tem a ver com a crescente importância das mulheres chefes de famílias com crianças. Tanto a chefia feminina, que ocorre preponderantemente na ausência do cônjuge, como a presença de crianças são determinantes importantes da pobreza. Na verdade isto resulta de diversos fatores intervenientes: os rendimentos inferiores das mulheres, especialmente nos níveis de educação mais baixos, e a taxa de dependência elevada em famílias uniparentais, tanto devido à ausência do cônjuge como à maior participação relativa de crianças na família.

TABELA 5
Taxa de Participação de Pobres e Não-pobres (%)
Brasil e Estratos de Residência – 1992 e 1999

Áreas	Anos	Pobres			Não-Pobres			Pobres + Não-Pobres		
		Masc.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Brasil	1992	74,0	42,3	57,4	77,9	49,2	63,4	76,4	46,4	61,0
	1999	69,1	42,2	54,9	75,6	51,4	63,3	73,6	48,5	60,7
	△%	-6,6	-0,1	-4,5	-3,0	4,5	-0,2	-3,6	4,5	-0,6
Rural	1992	87,2	55,9	71,8	86,7	57,9	73,0	86,9	57,0	72,4
	1999	82,9	54,9	69,0	84,2	58,3	72,0	83,8	57,1	71,0
	△%	-5,0	-1,8	-3,9	-2,8	0,6	-1,4	-3,6	0,2	-2,1
Urbano	1992	71,1	39,2	54,2	76,7	47,5	61,8	74,7	44,4	59,1
	1999	65,7	38,5	51,1	74,0	49,5	61,4	71,7	46,3	58,5
	△%	-7,6	-1,9	-5,7	-3,5	4,3	-0,6	-4,0	4,3	-0,9
Metropolitano	1992	67,6	37,4	51,5	74,8	47,7	60,8	71,9	43,5	57,0
	1999	64,3	40,0	51,2	72,9	51,1	61,5	70,1	47,4	58,1
	△%	-4,8	7,0	-0,7	-2,5	7,2	1,3	-2,5	8,9	1,9

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 1999.

Apesar da quase estabilidade da taxa de participação, o crescimento muito baixo da ocupação (Tabelas 2 e 3) implicou uma situação crítica no mercado de trabalho. Quando se analisa a composição da ocupação fica evidente que as mudanças ocorridas operaram no sentido de limitar a expansão dos postos de trabalho e aumentar a desigualdade de rendimento do trabalho entre pobres e não-pobres,⁴ o que pode ser visto sob dois ângulos diversos, mas interligados: o da composição setorial da ocupação e o da posição na ocupação.

⁴ O rendimento médio do trabalho das famílias pobres em relação ao da não-pobres caiu de 21%, em 1992, para 19%, em 1999. Na verdade o diferencial da renda total é mais acentuado devido à evolução das aposentadorias e pensões para as duas subpopulações.

No que concerne à composição setorial da ocupação (Tabela 6), reduziram-se as participações na agricultura e da indústria de transformação, havendo em contrapartida terciarização, seja por expansão de setores líderes de inovação, seja pelo inchamento de atividades terciárias tradicionais. O estancamento da criação de empregos na indústria de transformação, que, desde os anos 50, foi o setor que concentrava os “bons empregos”, isto é, empregos formais no qual se auferiam rendimentos mais elevados e benefícios mais generosos que no resto da economia, afetou os pobres direta e indiretamente. Cabe observar ainda que, enquanto a agricultura se moderniza e ganha produtividade nas atividades líderes, liberando mão-de-obra por unidade de produto, permanece a grande concentração de pobres em atividades primárias – pouco abaixo de 40% dos pobres ocupados tanto em 1992 como em 1999. É interessante chamar atenção para o fato de que nas áreas rurais, a participação da ocupação agrícola dentre as ocupações dos pobres se mantém em 86%, enquanto para os não-pobres declina na esteira da integração das atividades agrícolas e não-agrícolas (de 75% para 70%). Neste sentido vale destacar que a pobreza brasileira se encontra fortemente vinculada à agricultura familiar de subsistência e baixíssima produtividade, que chega a ser responsável por cerca de 50% da ocupação dos pobres nas regiões Nordeste e no Sul.⁵ Naturalmente é no Nordeste que a ocupação agrícola define um dos traços críticos da pobreza brasileira em função do contingente populacional envolvido, cerca de 4,3 milhões trabalhadores pobres.

TABELA 6
Repartição Setorial da Ocupação de Pobres e Não-Pobres (%)
Brasil – 1992 e 1999

Setores	Pobres			Não-Pobres			Pobres + Não-Pobres		
	1992	1999	Δ %	1992	1999	Δ %	1992	1999	Δ %
Agricultura	39,4	38,8	-1,6	21,1	19,3	-8,5	27,6	24,3	-12,2
Indústria transform.	10,0	8,1	-18,7	15,1	12,9	-14,3	13,3	11,4	-11,8
Construção civil	7,5	8,2	9,6	5,5	6,1	10,7	6,2	6,6	6,7
Out. inds. com. serv.	39,2	41,7	6,4	49,6	54,0	8,8	45,9	50,9	10,8
Admin. pública	2,9	2,1	-29,4	5,6	5,5	-1,9	4,7	4,6	-0,4
Outros	1,0	1,1	9,0	3,1	2,2	-29,2	2,3	1,9	-18,6

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 1999.

Quanto à posição na ocupação, a tendência geral de caráter estrutural tem sido a

⁵ A situação nas duas regiões é muito distinta neste particular, já que no Nordeste a proporção de pobres é de 51% e no Sul de 20%, em 1999.

de redução do emprego e o aumento do contingente de trabalhadores por conta própria, que engloba uma ampla gama de situações, algumas adversas, outras favoráveis, sendo que o nível de rendimento do trabalhador é uma proxy adequada da vulnerabilidade que a ocupação por conta própria significa. A redução do emprego, em particular do emprego formal, que atingiu os trabalhadores pobres de forma mais acentuada, se constitui certamente numa evolução adversa (Tabela 7). Assim, enquanto a participação do emprego na ocupação total caiu, apenas ligeiramente, de 59,5% para 58,8%, dentre os pobres, onde a relação de emprego já é normalmente mais baixa, a queda foi bastante acentuada, de 54,2 % para 51,4% da ocupação. Mais importante é observar que o emprego informal aumentou fortemente dentre os pobres, passando de 56% em 1992 para 60% em 1999. Na verdade, uma medida mais geral de informalidade deve, no caso dos pobres, englobar além do emprego sem carteira assinada, os não-remunerados e os conta-própria, estes últimos em função do baixo rendimento auferido e das características de subemprego associado aos pobres nesta posição da ocupação. Assim considerada, a taxa de informalização dos pobres teria passado de 75,3% em 1992 para 78,6% em 1999. O dado correspondente para não-pobres implica uma elevação de 49,52%, em 1992, para 53,6%, em 1999. Esses resultados têm, no entanto, implicações diversas para os dois grupos: o alto rendimento obtido do trabalho por conta própria em nichos de mercado especializados (finanças, consultoria em geral, profissionais liberais, artes e entretenimento) e o “poder de escolha” caracterizam uma situação de mercado completamente diversa para uma parcela dos trabalhadores por conta própria não-pobres.⁶

TABELA 7

Repartição dos Pobres e Não-Pobres Segundo Posição na Ocupação e Taxas de Informalidade (%) – Brasil – 1992 e 1999

Posição Na Ocupação e Informalidade	Pobres			Não-Pobres			Pobres + Não-Pobres		
	1992	1999	△ %	1992	1999	△ %	1992	1999	△ %
Empregado	54,2	51,4	-5,0	62,5	61,3	-1,9	59,6	58,8	-1,2
com carteira	23,9	20,8	-13,0	45,2	41,2	-8,8	37,6	36,1	-4,2
sem carteira	30,3	30,7	1,3	17,3	20,1	16,1	21,9	22,8	3,9
Conta própria	22,4	24,7	10,0	20,7	22,7	9,6	21,3	23,2	8,7
Empregador	0,8	0,6	-18,4	5,3	5,2	-2,1	3,7	4,0	9,4
Não-remunerado	22,6	23,2	2,7	11,5	10,8	-5,9	15,5	14,0	-9,7
Tx. informalidade emprego	55,9	59,2	6,6	27,7	32,8	18,3	36,8	38,7	5,1
Tx. informalidade total	75,3	78,6	4,3	49,5	53,6	8,2	58,7	59,9	2,1

⁶ A respeito da heterogeneidade dos conta própria e do efeito da adoção de diferentes conceitos sobre a taxa de informalidade, ver Ramos e Reis (1997).

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 1999.

Cabe ainda chamar atenção para a persistência de um percentual elevado da ocupados não-remunerados, que embora tendo declinante a sua participação da ocupação em geral, em 1999, ainda representava 14% da ocupação no Brasil.⁷ Dentre os pobres, essa categoria é muito mais elevada por incorporar o desemprego disfarçado e o subemprego, principalmente em atividades agrícolas – os não-remunerados chegam a representar 50% da ocupação dos pobres em área rural –, mas também nos setores de baixa produtividade de comércio, serviços, além da produção para autoconsumo. É sintomático o agravamento da situação no Nordeste, o que afeta, em função do peso relativo da pobreza nordestina no Brasil, os resultados para o país como um todo (Tabela 8). Naturalmente a importância relativa elevada dos não-remunerados pobres e dos não-remunerados em área rural tem o efeito estatístico de reduzir a taxa de desemprego aberto entre eles.

TABELA 8
Pobres em Ocupações Não-Remuneradas* (%)
Brasil, Estratos e Regiões – 1992 e 1999

Áreas	1992	1999	Δ%
Brasil	22,6	23,2	2,7
Rural	48,4	50,7	4,8
Urbano	13,3	14,3	8,2
Metropolitano	6,4	5,9	-8,1
Norte rural	17,1	17,3	1,5
Nordeste	27,8	30,7	10,5
Sudeste	14,3	12,1	-15,5
Sul	34,7	31,7	-8,8
Centro-Oeste	18,2	16,5	-9,3

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 1999.

* Como percentual dos pobres ocupados.

A deterioração inequívoca da forma de inserção no mercado de trabalho associada ao baixo crescimento econômico e ao ajuste do setor produtivo fica patente nos

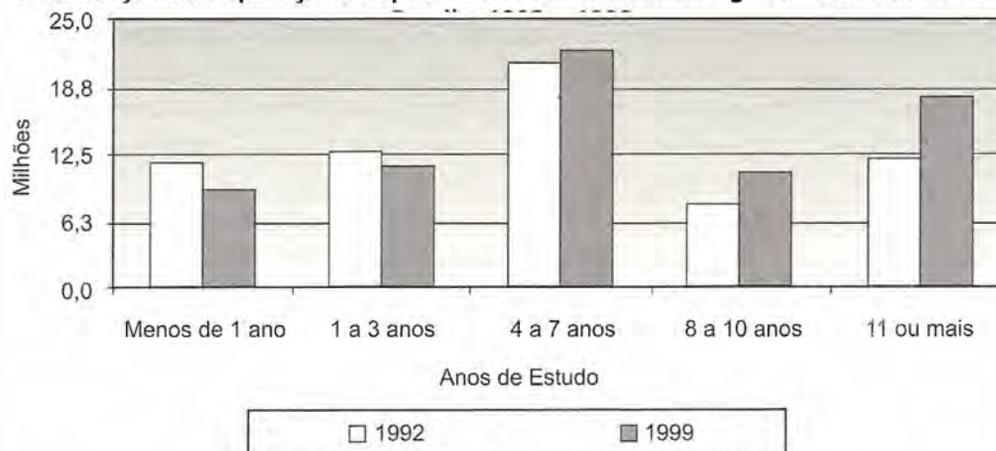
⁷ A importância relativa desta categoria de trabalhadores, que mantém percentuais elevados tanto dentre os ocupados pobres como não-pobres, assim como para os diferentes níveis de escolaridade, está fortemente vinculada à definição de ocupação, que inclui atividades relacionadas ao autoconsumo, à autoconstrução, além de outras atividades que demandam mais de uma hora de trabalho por semana.

indicadores de ocupação por setor e posição na ocupação apresentados acima. Eles têm um efeito adverso sobre a pobreza na medida que as características pessoais e familiares dos indivíduos pobres potencializam as condições médias desfavoráveis do mercado de trabalho. Em face do baixo crescimento do número de postos de trabalho e da reestruturação produtiva, o mercado tende a excluir os indivíduos de baixa qualificação, característica principal dos pobres.

A Figura 1 mostra como a demanda por mão-de-obra vem se especializando, exigindo trabalhadores mais qualificados. Enquanto os indivíduos com menos de 4 anos de escolaridade representavam espantosos 37% dos ocupados em 1992, este percentual declinou para 29% em 1999. Embora o nível de escolarização médio da população tenha aumentado significativamente no período, 32% da população de 10 anos e mais ainda tinha menos de quatro anos de escolaridade neste último ano, sendo portanto composta por indivíduos funcionalmente analfabetos. Vale notar que os números globais encobrem a agudeza do fenômeno, na medida que a ocupação em área rural e em atividades por conta própria e não-remuneradas mascaram a intensidade do processo de exclusão do mercado de trabalho dos menos qualificados. Na Região Sudeste, que concentra os maiores pólos de urbanização e de modernidade do país este fenômeno é mais acentuado, tendo a ocupação para indivíduos com menos quatro anos de escolaridade se reduzido de 28% para 19% da ocupação total.⁸

FIGURA 1

Distribuição da População Ocupada de 10 Anos e mais, Segundo Anos de Estudo



* No Sudeste, em 1999, 24% da população com mais de 10 anos tinham menos de 4 anos de escolarização, apesar das características de urbanização e modernidade da região.

Embora o processo de exclusão dos trabalhadores menos qualificados possa estar mascarado por situações de subemprego, ele se manifesta necessariamente no rendimento, determinando a incidência de pobreza. A correlação entre pobreza e baixo nível de escolarização é bem conhecida e ocorre através do mercado de trabalho pela exclusão ou pela ocupação com baixos rendimentos. Em 1999, 91% dos pobres com mais de 25 anos, isto é, em idade de trabalhar e provavelmente com o processo de escolaridade concluído, tinham menos de oito anos de escolaridade, o que evidencia a significativa desvantagem em relação aos não-pobres, dentre os quais este percentual é de 68%.

RENDIMENTO DO TRABALHO E FORMAÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS

Os indicadores na seção anterior mostram como a evolução da situação dos pobres quanto à sua inserção no mercado de trabalho acompanhou aproximadamente aquela dos não-pobres. Considerando uma proporção de pobres significativamente reduzida em função dos ganhos de renda imediatamente após a estabilização de preços, em meados da década de noventa, a comparação das características de pobres versus não-pobres no início e no final da década não mostra redução das desigualdades entre as duas subpopulações, quer seja em termos das taxas de participação, seja em termos de desvantagens comparativas para os ocupados pobres no que concerne à posição na ocupação e o grau de informalidade. Naturalmente estas desvantagens vão de par com o baixo nível de qualificação, que determina em última instância o rendimento e a probabilidade de ser pobre.

Apesar do baixo dinamismo do mercado de trabalho após a estabilização e de conhecidas características de deterioração da qualidade da ocupação durante a década, o balanço 1992-1999 em termos rendimento médio não revela retrocesso. O rendimento do trabalho *per capita*, considerando como quociente a população residente, mostra que houve um ganho real significativo da ordem de 35% entre 1992 e 1999, ou seja, 3,4% aa (Tabela 9). Neste sentido, o problema ocorreu na segunda metade da década: os ganhos para os mais pobres que se deram em função da estabilização, se esgotam logo a seguir. Isto porque a absorção de mão-de-obra ficou praticamente estagnada entre 1995 e 1999 e o rendimento médio declinou a partir de 1996 – menos 8% entre 1996 e 1999 –, tornando o mercado de trabalho altamente seletivo, tendendo a excluir os trabalhadores menos qualificados. Neste contexto, a manutenção da proporção de pobres entre 34-35% no período pós-Real, sem agravamento significativo apesar da situação adversa no mercado de trabalho, foi possível devido a dois determinantes básicos: o papel distributivo da renda desempenhado pelas famílias e a evolução relativamente favorável das rendas advindas de aposentadorias e pensões.

TABELA 9
Evolução do Rendimento Total e Per Capita do Trabalho
Brasil, 1992-1999

Anos	Rendimento Total do Trabalho* (R\$ bilhões)	População Residente (milhões)	Renda Per Capita* (R\$)
1992	25,0	146,0	171
1993	27,6	148,2	186
1995	37,8	152,4	248
1996	38,8	154,4	251
1997	39,1	156,1	250
1998	39,1	158,2	247
1999	37,0	160,3	231

Fonte: IBGE/PNAD 1992 a 1999.

* Valores de setembro de cada ano.

Como se sabe, a pobreza é medida a partir da renda familiar, e não das rendas individuais, já que é a renda familiar aquela que determina mais intensamente o nível bem-estar das pessoas, função da repartição intra-familiar do consumo e da renda. Famílias onde convivem indivíduos com diferentes características pessoais de idade, sexo, anos de estudo permitem amortecer os efeitos do ajuste no mercado de trabalho sobre os indivíduos mais vulneráveis, especialmente devido à educação. Na verdade, ocorre freqüentemente a entrada no mercado de trabalho ou aumento das horas trabalhadas por alguns indivíduos da família como estratégia para compensar situações de desemprego ou exclusão definitiva do mercado de trabalho de outros membros da família.

O segundo determinante se relaciona a este, já que não só a renda do trabalho, mas a renda de qualquer origem, como as advindas de pensões e aposentadoria de alguns membros da família, é “socializada” em benefício de todos. Em função de dispositivos da Constituição de 1988 houve melhorias das rendas dos idosos com a progressiva universalização da cobertura de benefícios previdenciários e assistenciais, assim como do aumento real dos valores pagos. A esse respeito é sintomático que a participação de aposentadoria e pensões na renda das famílias brasileiras tenha aumentado de 14%, em 1992, para 18%, em 1999. Claramente estas categorias de rendimento contribuíram para reduzir a incidência de pobreza: dentre os pobres as pensões e aposentadorias aumentaram sua participação na renda familiar – de 12%, em 1992, para 14%, em 1999 –, mas ficando bem aquém da verificada entre os não-pobres – de 14% para 18%.

Como as aposentadorias e pensões contribuíram para reduzir a incidência de pobreza em geral, é natural que tenha diminuído mais acentuadamente a incidência de pobreza dentre os beneficiários diretos desses rendimentos, os indivíduos de 60 anos. A proporção de pobres para esta faixa etária, que, aliás, é a mais baixa em ambos os anos, declinou de 23%, em 1992, para 16%, em 1999. Portanto, a incidência de pobreza entre os mais idosos é significativamente mais baixa do que a da média da população brasileira, respectivamente 44% e 35% em 1992 e 1999.

A evolução ocorrida na década reforça, portanto, um dos traços básicos da pobreza no Brasil: a proporção de pobres declina monotonicamente com o aumento da idade dos indivíduos. Este fato se acentuou entre 1992 e 1999 devido à evolução do mercado de trabalho e às características de formação da renda das famílias. Na ausência de mecanismos específicos voltados para as famílias com crianças, sua vulnerabilidade relativa aumentou. A proporção de pobres dentre as crianças de 0 a 4 anos continua explosiva, tendo declinado muito pouco entre 1992 e 1999 – de 60% para 55%, uma evolução bem menos favorável do que a observada para os idosos mesmo tendo em vista a desvantagem inicial das crianças neste particular.

Esses resultados alarmantes quanto à pobreza entre crianças, torna-as naturalmente a principal clientela-alvo de ações antipobreza. Ademais, tendo em vista a natureza do ajuste do mercado de trabalho e o determinante distributivo da pobreza no Brasil, faz sentido enfrentar as situações atuais de pobreza crítica através de mecanismos de transferência de renda. A adoção pelo Governo Federal, principalmente a partir de 1999, de políticas implementadas inicialmente por governos municipais e estaduais como a Bolsa-Escola, tem o potencial de focar esta clientela reduzindo a incidência de pobreza de imediato a partir de transferência de renda, podendo criar um vínculo desejável de assistência e acompanhamento pelo Estado de populações vulneráveis claramente identificadas.

Dado o quadro que se configura no mercado de trabalho e a persistência da pobreza no Brasil num contexto de extrema desigualdade de renda, parece inevitável recorrer a políticas de transferências de renda, pelo menos durante o período de transição durante o qual, espera-se, deverão ser drasticamente reduzidas as desigualdades educacionais. Embora o acesso a educação básica esteja se universalizando rapidamente, existem dois desafios importantes: o enorme passivo de jovens com baixo nível educacional e a necessidade de melhorar a qualidade do ensino, de modo que a frequência à escola signifique, de fato, melhorias de inserção e desempenho no mercado de trabalho.

No período de transição educacional, mesmo num cenário favorável de retomada de crescimento econômico, será necessário implementar mecanismos visando evitar o

agravamento da desigualdade de renda e da pobreza, que ocorrerá muito provavelmente do funcionamento espontâneo do mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Apesar da menor pressão demográfica e de um ritmo de crescimento econômico mais elevado do que na década anterior, verificou-se nos anos noventa um enorme ajuste produtivo, especialmente a partir de 1996, o que frustrou as expectativas de uma redução sustentada da pobreza que viesse a dar continuidade ao movimento observado imediatamente após a implementação do Plano Real.

O ajuste produtivo que se vincula à abertura econômica e à busca de competitividade pelas empresas resultou numa forte contenção da ocupação na segunda metade da década, o que acabou afetando de forma desfavorável o rendimento médio. Estas duas variáveis chaves refletem o comportamento da composição da ocupação, o que significa que o mercado de trabalho não só não se expandiu como desejado, mas também se deteriorou qualitativamente de maneira geral, afetando tanto pobres como não-pobres. Os indicadores apresentados quanto à forma de inserção de pobres e não-pobres no mercado de trabalho não revela alterações significativas na desvantagem relativa dos pobres, mas a manutenção do statu quo, o que implica a persistência de situações características da pobreza reconhecidamente críticas.

Assim, há uma associação clara entre pobreza e ocupação agrícola, já que tanto no início como no final da década cerca de 40% dos pobres ocupados trabalham no setor. Isto significa que, enquanto a agricultura brasileira cresce e se moderniza, nada muda nos bolsões de pobreza rural, onde se concentram atividades de subsistência de baixa produtividade e baixo rendimento. Estas atividades “ocupam” um enorme contingente de trabalhadores não remunerados, de baixíssimo nível de qualificação, correspondendo a 50% dos pobres ocupados na área rural. As atividades terciárias, que se expandiram significativamente no período, também absorvem muitos trabalhadores não-remunerados. Como 23% dos pobres ocupados são não-remunerados, uma boa parte da ocupação dos pobres refere-se na verdade a subemprego e desemprego disfarçados.

A terciarização vai de par com a informalização, que foi uma característica evolutiva básica do mercado de trabalho brasileiro no período, afetando pobres e não-pobres generalizadamente. No entanto, enquanto para os não-pobres o trabalho informal pode eventualmente trazer vantagens, para os pobres ele tem todas as desvantagens de insegurança, perda de direitos trabalhistas e redução do rendimento.

Desvantagens relativas dos pobres no mercado de trabalho se vinculam principalmente a desvantagens educacionais. Num mercado que busca ganhos de produtividade, a demanda de mão-de-obra é altamente seletiva, o que significa a exclusão definitiva e não apenas conjuntural de grande número de trabalhadores com baixa escolaridade, especialmente com menos de quatro anos estudo, cuja participação cai rapidamente dentre os ocupados em áreas urbanas.

No contexto de rendimentos decrescentes e exclusão do mercado de trabalho dos menos qualificados como observado após 1996, não deixa de ser um resultado positivo que os indicadores de pobreza não tenham se agravado. Isto foi possível devido a mecanismos independentes do mercado de trabalho, tais que a dinâmica redistributiva intrafamiliar e uma evolução relativamente favorável de aposentadorias e pensões.

Como o ajuste do mercado de trabalho deve continuar, políticas públicas compensatórias da exclusão dos menos qualificados são indispensáveis para reduzir a pobreza. Isto será necessário, mesmo em condições de crescimento econômico, até que o desequilíbrio estrutural que está na base da persistência da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil – as diferenças educacionais – seja sanado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward et alii. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 353, 1994.

BARROS, Ricardo; FIRPO, Sérgio; GUEDES, Roberta; LEITE, Philippe. **Demographic changes and poverty in Brazil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 755, 2000.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 528, 1997.

IBGE, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios, microdados, diversos anos**.

RAMOS, Lauro; REIS, José G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 468, 1997.